

# Previsão de receita cresce

*Economia - Brasil*

**Brasília** — O pacote fiscal que o governo vai incluir no programa econômico para 1986, a ser submetido ao Congresso este mês, propiciará um adicional de receita da ordem de Cr\$ 50 trilhões, informou ontem o secretário especial para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo.

A previsão inicial era de um aumento de receita da ordem de Cr\$ 40 trilhões, mas esse número foi aumentado com a redução do prazo de permanência dos recursos tributários na rede bancária, que será diminuído de cerca de 20, para apenas 3 dias.

Belluzzo não adiantou quanto será, em cruzeiros, a redução do déficit governamental para o próximo ano, alegando que o cálculo está sendo revisto. Mas estimou que o déficit ficará entre 1,5% e 2,5% do PIB de 1986.

Ele confirmou ainda que o pacote fiscal vai reduzir, progressivamente, o recolhimento do Imposto de Renda na fonte dos assalariados que recebam até 50 salários mínimos por mês.

## Superávit do Tesouro

No mês de outubro o Tesouro da União apresentou superávit recorde superior a Cr\$ 20 trilhões, segundo os números da Secretaria de Orçamento e Finanças (Sofi), órgão do Ministério do Planejamento responsável pela execução orçamentária da União. Trata-se de um resultado excelente, explicou o secretário da Sofi, José Theóphilo de Oliveira, o que demonstra estar o governo tendo êxito em sua política de "contenção de gastos e de racionalização administrativa".

Parte do superávit do Tesouro será utilizada pelo governo para cobrir seus gastos com subsídios, especialmente as

contas trigo e álcool, o que explica por que o déficit público global (envolvendo todas as despesas da União) deverá, terminar 1985 com déficit equivalente a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

## 14 NOV 1985 Tapa-buracos

Em debate realizado ontem sobre política tributária na Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA), no Rio, os economistas Carlos Longo e Ricardo Varsano afirmaram que o pacote tributário, referente ao imposto de renda, que deverá ser levado ao Congresso semana que vem, é insignificante diante das medidas que serão adotadas para reduzir o déficit fiscal em 1986, sendo apenas "um tapa-buraco de curto prazo".

De acordo com Longo, o governo vai adotar medidas que representarão um corte no déficit público de Cr\$ 40 trilhões a Cr\$ 60 trilhões, enquanto que o aumento de arrecadação previsto, a partir das mudanças na legislação do Imposto de Renda, é de apenas Cr\$ 4 trilhões, ou seja, 6% a 10% do total.

Carlos Longo, da USP de São Paulo, e Ricardo Varsano, do IPEA, participam da Comissão de Reforma Tributária do Ministério do Planejamento, que está elaborando o plano de reforma de todo o sistema tributário brasileiro, que será submetido à Assembléia Constituinte. Sobre Imposto de Renda, uma medida defendida por eles é a de dar um papel relevante ao imposto progressivo, diminuindo as possibilidades de se pagar imposto apenas na fonte, como ocorre no caso de várias aplicações financeiras.

Mesmo empresas, explicou Longo, devem acabar declarando renda no imposto progressivo da pessoa física, na pessoa do proprietário ou acionista majoritário.